

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia de A VELHA GUARDA: Rua 31 de Janeiro, 165—GUIMARÃES

“ A RAZÃO , , ”

Temos sustentado que este nosso colega local tem uma particular aversão ao Partido Republicano Português e que a sua apregoada independência não passa de mascara com que a si próprio se empresta maior autoridade para o combater.

Isso tem sido negado pela “Razão,” num descaro impróprio de quem presa a sua dignidade, e de tal maneira, que muitos dos nossos correligionários, crentes na inocência e boas intenções do jornal, o têm ajudado com as suas assinaturas e dinheiro.

Para que os nossos correligionários abram por fim os olhos e considerem no injustificável acto de traição ao Partido que praticam, sustentando um jornal que tem por fim guerrear-lo, chamamos a sua atenção para o artigo publicado, no número de 24 de Novembro, em “A Razão,” sob a epigrafe, “Considerações inofensivas.”

Nesse artigo, a mascara, por descuido, caiu, e os nossos correligionários, se o lerem, não mais poderão, por disciplina partidária e pelo respeito que a si próprios devem, contribuir para que, à sua custa, se esteja atacando, e por forma tão incorrecta, mentirosa e virulenta, o partido em que estão filiados.

Lê-se, nessas “inofensivas considerações,” a despropósito de umas referências que publicamos, há semanas, e, claramente, diziam respeito aos salvadores do 28 de Maio, referências que o articulista afirma tardias para logo nas linhas seguintes as declarar, por quatro vezes, de flagrante oportunidade e evidente actualidade, o seguinte, aludindo-se ao nosso partido:

“De tudo tem lançado mão para garantir o seu mando desordenado e vexatório, para satisfação única das suas clientelas.”

“E é por tal partido, é por tais homens que Portugal tem sido governado, melhor des governado, com uma inconsciência que apavora, com uma ignorância que assombra.”

“E’ por causa de tão grandes salvadores que o país se tem convulsionado em inúmeras revoltas...”

“E’ por causa de tão altas mentalidades, agarrados qual escalracho nocivo à pia orçamental que neste bara-

lhar de situações em que tantas vezes se joga com cartas marcadas, se ouve por vezes um ruído mais forte, um tinir metálico e... trunfo é espadas...”

“... de que exigências se mostra capaz (“A Velha Guarda”), quando exige quasi imperativamente das comissões que a Lisboa teem ido que façam em meia duzia de dias aquilo que os seus correligionários não fizeram em quasi três meias duzias de anos.”

Depois de lido tudo isto, — em que nos poderíamos ter dispensado de grifar as frases mais agressivas, — e o mais que não vale a pena transcrever, será preciso ser-se tólo para se não perceber que a “Razão,” combate o nosso Partido, e por forma acintosa, caluniando e difamando.

Está esse nosso colega no seu pleno direito de guerrear o Partido Republicano Português; somos os primeiros a respeitá-lo, e apenas desejariamos que o fizesse, sempre, desassombadamente, sem caluniar, criticando factos e não deixando escorrer baboseiras.

Mas esse direito impõe obrigações morais e uma delas é a de não continuar a bater-nos à porta, pedindo assinaturas e dinheiro, para recuperar alentos que depois só servem para com mais força nos agredir.

Isso não é sério, isso não é digno.

Como também não é sério, como também não é digno, — não hesitamos em dizê-lo com rude franquesa —, que os nossos correligionários continuem a colaborar com a sua assinatura e o seu dinheiro numa obra de combate contra o seu Partido e contra os seus homens mais representativos.

Cada um do seu lado, com as suas próprias forças; nada de sustentar, estupidamente, a vibora que nos empeçonha.

Cabos politikeiros

Que nenhum deles, lá na Comissão, diz o seu órgão, tem mostrado pretensões a cabo politikeiro.

Se não teem, é porque os não temos deixado: vontade não lhes há-de ter faltado. Mas que os há lá, quem o pode negar, se todos os conhecem e por sinal que são dos de bico amarelo?

Deixassemos-os á solta...

Artes sacras

Continua a resistencia surda contra o aproveitamento pelo Liceu da parte do edificio onde esteve instalada a capela de Santa Clara.

Parece que dentro do proprio liceu ha quem, manhosamente, para não dizermos jesuiticamente, ajude aqueles que não perderam a esperança de vêrem ali restabelecido o culto, o antigo *rendez-vous chic* das meninas namoradeiras, o logar preferido pelo clericalismo jesuita para a sua propaganda entre as mulheres... da moda.

Querem aquilo intacto... para o que der e vier. E todos os pretextos servem: agora é o do museu da arte sacra, em que muitos podem ir de boa-fé, mas não todos.

Ora a capela de Santa Clara é necessária para o Liceu e o edificio foi cedido pelo Governo e comprado pela Câmara para instalação do Liceu e do Internato e não lhe pode ser dada outra applicação.

Luta o Liceu com falta de salas para aulas; andam os seus serviços numa mistura inconveniente e prejudicial com os do Internato, e sempre que se pensa em remediar o mal e dar ao Liceu as salas de que necessita, aproveitando-se a capela, os projectos vão morrer, muito pela calada, nas mãos de qualquer coveiro que tudo enterra á espera de uma ressurreição que venha.

Não pode continuar isto assim.

Se a Câmara eleita estivesse em exercicio podemos garantir que já, a estas horas, estariam em construção as aulas que faltam ao Liceu, no logar, onde, ao desabrigo e em sitio impróprio, actualmente, está funcionando o ginásio. Este passaria para a capela que se adaptaria para esse fim e ainda para salão de festas de que tanto, também, o Liceu necessita.

Saiu a Câmara e logo o projecto se sumiu, com grande prejuizo para o Liceu e para o Internato, e agora lança-se, como balão de ensaio, a noticia de um museu de arte-sacra, que, se nos dermos ao cuidado de esmiuçar bem, verificaremos ter por origem a ideia de quem julga, assim, impedir, por uma vez, que o Liceu se apodere de um logar que já foi sagrado e ainda poderia voltar a ser.

A Cesar o que é de Cesar. O edificio é do Liceu; e não deve nem pode, legalmente, dele prescindir.

Ha onde instalar um museu de arte sacra sem invadir a casa de ninguém.

E façam-se as obras de que o Liceu necessita, que maior urgencia e utilidade ha nisso do que gastar dinheiro em retretes publicas.

ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA.

O Exército e a República

A’ causa da liberdade em Portugal está ligado o nome do exercito, pois tem sido com o esforço dos seus membros mais illustres que ela tem sido defendida e conquistada.

O General Gomes Freire de Andrade, heroi de mais de cem batalhas, soldado que assombrou Napoleão e mereceu o respeito e consideração de todos os generais que se encontravam a seu lado nos lances dificeis da sua brilhante carreira militar, foi enforcado e queimado, sendo as suas cinzas deitadas ao mar porque após a sua chegada a Lisboa, vindo de França, onde tinha passado uma vida de soldado, que encheu a Pátria de gloria, o Intendente Geral da Policia, comunicava esse facto aos Governantes de então e acrescentava: *«Tem-se observado que as pessoas do baixo povo (a plebe), encontrando-o nas ruas desta cidade o contemplam com atenção, ducididas, ao que parece, pela ideia que tem de reputação militar com que era considerado antes da sua ida para a França»*, acusando-o por esta forma jesuitica das suas ideias liberaes que já imperavam no coração do povo, e que eram consideradas ideias contrárias á integridade da Pátria, o que levou os governantes daquela época a tomarem aquela decisão radical para a extinção do germem perigoso que prometia alastrar.

Puro engano. A liberdade não era assim esmagada, nem com a infâmia do Campo de Sant’Ana, que’ mais tarde recebeu o nome de Campo dos Martires da Pátria.

A liberdade vivia no coração do povo e do exercito e quando os governantes a julgavam já morta, ela ressuscitava em 24 de Agosto de 1820, mais forte e mais juvenil. Ainda nesta data não foi possível consolidar-a como era desejo de todos os bons liberaes desse tempo, o que só se julgou conseguir em 1851, depois de muito sangue derramado e do paiz sofrer as agruras de uma guerra civil. Mas, apesar disso, bem depressa se esqueceram os principios da liberdade, que tinham feito pulsar tantos corações generosos, e que tinham iluminado tantas nobres intelligências. O regimen, implantado em nome da liberdade, breve desprezou os seus principios.

E’ que o regimen de então era a monarquia constitucional, e esta, por mais avançada que seja, ainda conserva o privilegio da hereditariedade dinastica, e basta isso, para já não poder haver uma perfeita igualdade perante a lei, como a que existe no regimen republicano.

Todos os liberaes aspiravam a uma liberdade em que se podesse dar a todos os cidadãos do paiz o direito de professarem as ideias que quizessem, contanto que não saíssem dos limites da lei, que devia regular a exposição e a propaganda de todos os principios por mais divergentes que sejam.

A liberdade assim, só se poderia tornar um facto com a Republica.

Animados por uma grande fé, dão o sinal de alerta a todos os portugueses para a implantação do novo regimen em 31 de Janeiro de 1891 (revolução republicana do Porto) e que, por circunstancias várias, não ficou vencedora.

Mas a frase do grande republicano francez Gambetta pronunciada em 1870: *«E’ preciso procurar infatigavelmente a resolução definitiva da liberdade na forma republicana»*, nunca mais deixou de palpar no coração de todos os liberaes portugueses, e, apesar de vencidos em 31 de Janeiro de 1891, lutaram sempre até serem vencedores em 5 de Outubro de 1910, implantando a Republica.

Um povo que tanto tem lutado pela Liberdade, não se esquece facilmente do sangue derramado em prol da sua causa pelos seus filhos mais queridos.

O exercito é a elite desse povo, aquele que mais ama a Liberdade e para isso estão a testemunhá-lo os factos historicos em que êle tem defendido, com armas na mão, os seus sagrados principios.

Um exercito de uma nação que ama como nós amamos, com todas as forças do nosso coração, a causa da liberdade, nunca pode ser um exercito de ideias retrógradas, ainda que, por circunstancias que não podem ser aqui narradas, nos levem, de animo leve, a supor o contrario.

Não!... O exercito português é republicano e há-de procurar sempre honrar as suas tradições de exercito liberal.

Tenhamos fé nele. Saúdemono efusiva e comovidamente, pois êle saberá honrar as cinzas daqueles seus membros modelares que, desinteressadamente e animados sómente pela sua fé patriótica, morreram na conquista e defeza da Republica e da Liberdade.

X.

A Verdade

Na defeza do nosso partido, no ataque aos nossos adversarios, podemos, segundo o criterio de cada um, ser acusados de violentos, de crueis em excesso, ou de vivacidade. No nosso criterio somos, simplesmente, severos, porque assim o exigem as circunstancias.

Mas, de atacarmos sem fundamento só nos podem acusar aqueles que não sabem fazer jornalismo senão mentindo.

Nada inventamos e não temos culpa alguma de que todos os dias se estejam praticando actos que caíam dentro da legitima acção da nossa critica.

Cartaz sem encomenda

Em um número transacto de «A Velha Guarda» foi publicado um artigo que pretendia só e simplesmente contestar a absurda metamorfose a que querem sujeitar a nossa Escola Industrial. O motivo de tal publicação não foi o intuitivo desejo de ofender ou de finhar o valor de coisa alguma. Foi, e honra nos cabe de tal ideia, essa mesma asserção que repetimos: contestar a absurda metamorfose a que querem sujeitar a nossa Escola Industrial. E' natural que em desagravo nos refutem os atingidos pela nossa despreziosa maneira de ver. Entretanto, sem abstracção, desenvolvemos mais algumas considerações; — se, em igualdade de circunstâncias a Escola Industrial cubicasse um Quartel para melhor instalação, poderia exigí-lo? Não, muito embora a seu pesar. Ou é a Escola Industrial uma coisa tão insignificante que esteja exposta ao capricho de qualquer eventualidade? Como se atrevem a deformar-lhe o seu destino? E' sempre o mesmo raciocínio. Se agradeu que culpa tem? Mas há no mundo uma constante repetição. Como no decurso duma fita cinematográfica, os factos repetem-se sempre revestidos de novas côres. A vitória é do mais forte. Logo, é a sua razão imposta mesmo contra as leis do raciocínio. Porque o mundo das coerências é uma blasphemia da teoria. Campeamos propositadamente para que tal crime não seja praticado. Que afinal quem mais perderia, se a Escola fôsse mudada para o edificio da extinta Primária Superior, eram os alunos. As dependências desta não bastam sequer para arrearcar o material daquela. E' isto uma verdade que pode verificar-se; e chamamos para tal facto a atenção dos pais que filhos tem a estudar nos cursos nocturnos. Pelas entrelinhas do «Ecos de Guimarães» quasi adivinhamos que aquêle convite a imprensa tem por objecto refazer um ambiente preparatório — preparatório contra o que justamente aqui dizemos.

Ora, foi a propósito desse artigo, publicado em um número transacto de «A Velha Guarda» que o sr. A. G. se nos dirigiu duma forma assaz imprópria. Não é com duas larachas que se evidencia qualquer afirmação. Oh! Longe de nós tão mesquinha vida!...

Naquella sua diatribe — diatribe dum zoilo pela certa — anda inexplicita uma grande má fé. Nem devia dar-se ao prazer de julgar coisas que, infelizmente, estão bem longe do seu alcance. E persiste em revelar-se aquilo que os leitores não deixam de saber. E' que há em si uma negação que debilmente afasta. Em «A Razão» de 24 de Novembro escreve, referindo-se a uma carta que o illustre Director da Escola Industrial enviou à Direcção daquele jornal: *Repetimos: há um professor que durante o ano lectivo só foi à Escola duas vezes.* E estas «duas vezes» em letra garrafal para melhor relance da asneira.

Ora, o sr. Director da Escola Industrial — perdoe-nos Sua Ex.^a a transcrição — escreveu:

... Num artigo sob a epigrafe «Onde o Quartel?» publicado em o último número do semanário que V... dignamente dirige, diz-se, entre coisas várias, que a Escola Industrial de Guimarães «justifica a ida mensal ao Proposto de certo professor». E' realmente o que dizia A. G. em o número aludido por Sua Ex.^a

Colidem-se estes dois períodos que a nosso bel-prazer grifamos. E' positivamente uma revelação o que dêles se deprende. Porque teem a liga-los a palavra repeti-

mos. Que dissabor! Com que então, sr. A. G., repete uma coisa que diz pela primeira vez? Olhe que repetir significa — tornar a fazer ou dizer. Sempre o conselho a compulsar Silva Bastos e Cândido de Figueiredo que são bons lexicógrafos. No seu primeiro artigo — perdoe-se-nos a offensa ao verdadeiro significado deste termo — inverteu a propriedade da palavra interesse. No segundo — encaixou desastrosamente aquelle: *repetimos.* Que o sr. nada repete. Mas, em compensação, deita a lume o seu calendário escolar que dá a cada ano lectivo a parca duração de dois meses. E' realmente uma descoberta! Descoberta que merece bombo e foguetes. Enviamos-lhe muitos e muitas.

Além de que não é verdade o que afirma e insinua. Repare bem... que insinua. Diga, se lhe apraz, que é só afirmação. Não obstante, essa afirmação traz outra que implicita a acompanha. E é, duma forma indirecta, a de que a nossa Escola Industrial anda dirigida... assim! — à matroca. Pelos dados, que o sr. nos fornece, mais uma vez o induzimos a consultar os autores acima referidos. Assim, não succederá jámais que venha, para os jornais, negar uma evidência que o mais cábula dos petizes não pode desconhecer.

Mas a sua teimosia!... Depois, ficamos surpreendidos pelo triste desaforo com que responde em vez do sr. Director de «A Razão». Dizia-lhe respeito o assunto dessa carta, é certo; mas não lhe era esta dirigida. E o sr. faria melhor entender-se conosco que teremos o máximo prazer em escuta-lo nas suas radiosas observações. Ao contrário, dá-nos a impressão dum delgado, ou então... dum pau de virar tripas. Isto, sem offensas pessoais. Que o sr. pode — mas não deve — fazer-nos a mesma observação. Atraz de si fomos nós, seguindo-lhe o exemplo e guiados pelos mais nobres dos instintos, que é — sem receio de desmentido — o instinto da defesa. Dito isto, está explicado o motivo desta nossa imitação, que tem ainda em seu favor o facto de sermos nós os causadores de toda a embrolhada que prepara, a fim de que aproveito aos pescadores das águas turvas. Porque é negável que o sr., lendo «A Velha Guarda» no seu artigo «Segundo nos consta» se lembrou de num «a propósito» causticar, leiga e tristemente, aquêles que, por melhor definir a sociedade, não iriam baixar-se a ripostar consigo. Tinha demais a mais por objectivo o seu extemporâneo insurgimento não retratar o articulista que em «A Velha Guarda» tinha escrito esse artigo, mas preparar o introito da campanha «Quartel-Escola Industrial». Compreendemo-lo e aceitamos o repto. Isto, porque é um dever que interpretamos por bairrismo, mas não aquêle a que aludiu ultimamente.

Analizando a sua pseudo resposta, encontramos verdadeiras reliquias de museu, como — referindo-se à carta que o amou — *pretendendo refutar as afirmações (não insinuações) que (sic) num artigo sob a epigrafe «Onde o Quartel?» foram publicadas neste jornal.*

Refutadas estão elas por natureza do autor. Que o diga o — *repetimos...*! Só ele já refuta duma forma eloquentemente berante todo o seu aranzel. E adiante:

Não retiro nem uma linha do que escrevi.....

Que era melhor! Era tarde e seria caricato qualquer voluntário retraimento. Nestes apertos devemos, pelo menos in-nomine, dar mostras de heroísmo. Entretanto o «repetimos» se encartega de por si retirar, não uma, mas muitas das linhas que escreveu.

Esteja certo disso. Nem emolindo agora o tiroteio seria facil retirá-las o sr. Ficarão exatadas em tinta negra sobre o papel desse jornal, que afinal nenhuma culpa tem de que o sr. as lá deixasse. Serão sempre uma revelação. E já agora.....

Vai longo este artigo. Quero encurta-lo, embora fique muito por dizer. Lá diz o velho prologo: *ninguem vai a Roma num dia a que juntamos esse outro: devagar se vai ao longe.*

Quer isto dizer que «o que num dia se não faz, far-se-há em dois ou tres».

Mas ainda, e para terminar, lhe rogamos, sr. A. G., nos elucide sobre uma coisa que desconhecemos: qual é o professor que durante um ano lectivo só foi à Escola duas vezes?

Este durante «um ano lectivo» tanto podia ser agora como há vinte ou trinta anos. Mas diga qual foi o professor. Que afinal pode deixar-nos de boca aberta. Se o sr. é, como dizem, «um jornalista de pulso no ataque» deve fazê-lo desassombadamente.

E' assim que as forças se medem e, cara-a-cara, se respeitam. Esperamos...

HERMES BACELAR.

Lógica errada

Não levamos a mal que se procure investigar o que há de verdade nas acusações que se fazem ás vereações transactas, desde que essas investigações sejam norteadas só pelo intuito de fazer justiça a quem a merece.

Ameaçar empregados com a demissão pretendendo obrigá-los a mentir para comprometer os seus vereadores, isso é que ninguém pode levar a bem.

Mas, de uma forma ou de outra, o que temos mostrado, com a nossa attitude, é não recuar essas investigações, mesmo feitas como teem sido, exercendo-se, uma odiosa pressão sobre humildes empregados que vão depôr.

Tirar, da nossa maneira de proceder, uma conclusão contrária, é torcer a lógica.

Quem é que deve?

Os adversários do nosso Partido neste concelho, que pontificam no órgão da Comissão Administrativa, lançam-nos à cara uma pretensa defesa da Câmara democrática, por ocasião das eleições.

Se palavras de justiça, porque de mentirosaslouvaminhas se não gabariam êles, fôram publicadas, bem escassas devem ter sido, entre tantas manifestações de rancôr, com que, habitualmente, por mil e uma formas, nos procuram atingir.

Nesse tempo, tinhamos nós os votos com que se nomeiam os amanuenses da Câmara e, então, a nossa gratidão para alguma coisa serviria.

Mas, agora, que essas nomeações são feitas pelos outros, agora que já não temos meios de atender pedinchices, para que lembrarem-nos uma dívida que não estamos em condições de liquidar?

E vejam bem que se fôrmos a fazer um balanço rigoroso, é tão pouco isso com que nos atiram, que já talvez e adiantadamente esteja pago e repago.

«A Velha Guarda»

Compram-se na administração deste jornal os n.ºs 90, 93, 125, 126, 128, 130, 144 e 145 de «A Velha Guarda».

Como se partem dentes

«A Razão» teve de publicar, no seu ultimo numero, a seguinte carta que lhe foi dirigida pelo illustre director da Escola Industrial e Commercial de Francisco d'Hollanda:

... Sr. Director de «A Razão»:

Num artigo sob a epigrafe «Onde o Quartel?» publicado em o ultimo numero do semanário que V... dignamente dirige, diz-se, entre coisas várias, que a Escola Industrial de Guimarães «justifica a ida mensal ao Proposto de certo professor».

Quero convencer-me de que o autor do referido artigo não mediu a gravidade e, consequentemente, a responsabilidade de tal insinuação, fazendo a provavelmente com intenção moralisadora mas, infelizmente, baseada em falsa informação. Assim, na minha qualidade de humilde director daquelle estabelecimento de ensino, e em abono da verdade, que muito prezo, venho solicitar de V... se digue esclarecer os leitores de «A Razão» informando-os de que, sem excepção todos os snrs. professores da Escola Industrial e Commercial de Guimarães cumprem rigorosamente, com o maior zelo e proficiencia, os deveres dos seus cargos.

Não ha, portanto, naquella Escola, nem houve nunca, professor algum nas condições expressas no aludido artigo. Agradece o de V... com toda a consideração. Guimarães, 16—XI—1926. (a) Abel Cardozo, Director da Escola Industrial e Commercial de Guimarães.

Imbecilidade

O imbecil gagueja. Agora já não diz que o tal professor foi uma vez por vez à escola: diz que foi duas vezes num ano lectivo. Mente na primeira afirmação ou mente na segunda?

Mas, ainda que minta, o que é mais certo, nas duas, que tem o imbecil com as vezes que o professor vai ou deixa de ir à escola?

Por acaso o professor terá recebido vencimentos que lhe não sejam devidos ou terá deixado de cumprir, rigorosamente, as obrigações que a lei lhe impõe?

E que é isso de competencia teórica e competencia tecnica? Que autoridade tem o ex-aluno desclassificado da escola para negar competencia tecnica a qualquer professor?

Fale claro o imbecil.

Uma infâmia

Somos adversários intransigentes do sr. José Domingues dos Santos. Condenamos os seus processos políticos, combatemos o agrupamento politico por êle chefiado do qual discordamos em absoluto.

Tudo isto, porém, não obsta a que nos revoltamos contra a infeliz ideia que teve o nosso colega «Ecos de Guimarães», de transcrever na sua primeira página um papelucho que por aí tem sido distribuido pelos amigos da actual situação.

Nesse papelucho pretendem os amigos do Governo difamar, na honra pessoal, o sr. José Domingues dos Santos. E' tão alvarmente redigido e torpemente urdido que ninguém, com dois dedos de senso, o poderá tomar a sério nem sequer deixar de o repudiar com nojo.

O «Ecos de Guimarães», sujou as suas colunas, aproveitando essa porcaria com que julgou fazer uma boa politica governamental.

Necessidade ou Velhacaria?

Preguntam os da «Razão» onde e quando se viu que no seu jornal se apodassem de gatunos alguns dos nossos mais sacrificados correligionários.

Ou não sabem ler o que escrevem ou deixam escrever, e são tolos, ou pretendem sumir-se ás suas responsabilidades com trapalhices, e são velhacos.

Não seremos nós que iremos transcrever a prosa de calunias e insinuações difamantes das suas colunas.

Leiam, se quiserem e souberem, os seus números atrasados e não precisarão de ir muito longe para encontrar o que fingem ignorar.

A Censura

De novo nos permitimos chamar a atenção de quem superintenda no serviço da Censura para a forma como volta a proceder-se para com este jornal.

Temos lido, repetidas vezes e com o maior cuidado, as instruções que nos foram distribuidas e que procuramos cumprir a rigor.

Nós proprios exercemos uma severa censura sobre a colaboração estranha, antes de a mandar para a tipografia, emendamos e tornamos a emendar o que escrevemos; para não concitar contra nós as iras da respeitavel instituição a que temos de obedecer.

Acontece, porém, que ás vezes nos escapa qualquer frase que a Censura tem de cortar e nenhum protesto fazemos visto que só a nós cabe a culpa.

Mas, com franquesa o dizemos, o nosso ultimo numero foi cruelmente amputado e sem razão alguma, pois até cortes houve em frases inofensivas que repetidas vezes a Censura tem sancionado.

Referirmo-nos ás irregularidades porventura por nós proprios cometidas, só nos pode prejudicar a nós proprios.

Atribuir a ignorância e a demasiada confiança em certos doutores de fancaria a pratica de qualquer crime é defender o criminoso.

Dizer que é da condição humana faser-se asneiras, principalmente quando se ocupam logares para que se não foi fadado é repetir o que está na consciencia de toda a gente e chega a ver um axioma.

Afirmar que o ódio é mesquinho e reles e que não fica bem naqueles que, antes da República quais Reis da Grécia, faziam gala das suas crenças religiosas, cobrindo-se de bentiños e fitas do Coração de Jesus e resando o terço atraz das procissões e nas capelas da moda, não é mais do que expôr doutrina da mais respeitável que defende a Igreja Católica.

Doutores são todos os que, julgando-se sabichões mas sem cultura jurídica, levam a fazer tolices aquêles que, inadvertidamente, neles confiam.

Estava de mau humor a Censura quando visou o nosso ultimo numero.

Creiam os illustres Censores que nenhuma vontade temos de lhes criar dificuldades; compreendemos a sua situação e respeitamos as suas intenções.

Mas não queiram levar-nos á pratica que está sendo seguida por bastantes amigos do Governo da publicação de papeluchos clandestinos. Aquilo que temos a dizer, não fere o Governo que, demais a mais,